

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2021



Calcred S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimento

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, correspondentes ao 1º semestre de 2021, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Até o presente momento, as atividades operacionais da CALCRED S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO têm por objetivo somente operações de empréstimo pessoal. A captação das operações de crédito é realizada através da correspondente nacional STUDIO Z, que possui uma rede de 104 lojas físicas por todo o Brasil. As operações de empréstimo pessoal iniciaram em 18 de maio de 2021, tendo sido atingido o volume esperado de negócios para o período. A administração continuou concentrando sua atenção para a estruturação da Financeira, buscando a melhor rentabilidade dos negócios com o máximo de segurança possível dentro do atual quadro econômico. Permanecemos ao dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**
São José - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 24 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Balço patrimonial em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	jun/21	Passivo	Nota	jun/21
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	23.625	Outros passivos	9	4.353
Disponibilidades		6.034	Fiscais e previdenciárias		112
Títulos e valores mobiliários		17.591	Diversas		4.241
Instrumentos Financeiros	5	10			
Operações de Crédito		10			
Créditos tributários	7	922			
Outros ativos	8	74	Patrimônio líquido	10	23.616
Impostos a recuperar		11	Capital social		25.000
Outros Créditos		63	Prejuízos acumulados		(1.384)
Imobilizado de uso		329			
Intangível	6	3.082			
Depreciações e amortizações		(73)			
Total do ativo		27.969	Total do passivo e patrimônio líquido		27.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	jun/21
Receita da intermediação financeira		60
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		60
Resultado bruto da intermediação financeira		60
Outras receitas/(despesas) operacionais		(2.044)
Despesas de pessoal		(958)
Despesas administrativas	11	(1.083)
Outras receitas/despesas operacionais		(3)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.984)
Imposto de renda e contribuição social		793
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	793
Prejuízo líquido do período		(1.191)
Quantidade de ações do capital social		25.000
Prejuízo líquido por ação		(0,048)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	jun/21
Prejuízo líquido do período	(1.191)
Resultado abrangente total	<u>(1.191)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de Capital Social	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.000</u>
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.000</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>(193)</u>	<u>1.807</u>
Prejuízo líquido do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.191)</u>	<u>(1.191)</u>
Aumento de Capital Social	<u>23.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.000</u>
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>(1.384)</u>	<u>23.616</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	jun/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado do semestre antes dos impostos	(1.984)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	
Depreciação e Amortização	64
	<u>64</u>
Resultado líquido ajustado	<u>(1.920)</u>
Variações nos ativos e passivos	<u>4.069</u>
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(10)
(Aumento)/Redução em outros ativos	3
Aumento/(Redução) em outros passivos	4.076
	<u>4.076</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>2.149</u>
Fluxos de caixa das atividades de Investimento	
Aquisição de imobilizado de uso	(217)
Aquisição de intangível	(3.082)
	<u>(3.299)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento	<u>(3.299)</u>
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento	
Aumento de capital	23.000
	<u>23.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>23.000</u>
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>21.850</u>
Disponibilidades no início do período	1.775
Disponibilidades no fim do período	23.625
	<u>23.625</u>
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>21.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito pessoal, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC.

Oferecendo produtos e serviços com excelência, a Companhia possui atualmente o crédito pessoal, disponível para pessoas físicas e em breve oferecerá produtos de investimentos, dentre eles, emitirá CDBs.

A Companhia foi constituída em 10 de março de 2020, recebendo autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento em 03 de maio de 2021, conforme publicação no Diário Oficial no dia 05 de maio do mesmo ano.

Baseado no § 5º do Art. 42 da Resolução nº 2 do Bacen de 12 de agosto de 2020, a Companhia não apresentará o comparativo com o período anterior nas demonstrações financeiras.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”, “Companhia”) foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para perdas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos semestralmente.

Em 16 de agosto de 2021, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, quando aplicável, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Apuração de resultados

O resultado é apurado com base no regime de competência, o qual estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados nos períodos de sua realização, independente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas.

Para atender ao disposto no artigo 9º da Resolução 2.682/99 para as operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, o reconhecimento de receitas e encargos ocorre pelo regime de caixa. As eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e. Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo de aquisição. As depreciações são classificadas pelo prazo de vida útil atribuído.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes.

A financeira avaliou e não identificou eventos ou condições nas circunstâncias que indicassem necessidade de impairment.

g. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Conforme Lei nº 13.169, em 6 de outubro de 2015, a alíquota aplicável para a contribuição social sobre o lucro líquido, até 31 de dezembro de 2018, é de 20%; após 1º de janeiro de 2019 a alíquota passará a ser 15%. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando o estudo técnico e as análises realizadas pela Administração.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente:

- De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

i. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	2021
Disponibilidades (a)	6.034
Títulos e valores mobiliários (b)	<u>17.591</u>
Total	<u><u>23.625</u></u>

- (a) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.
- (b) Em 30 de junho de 2021, a Financeira possuía somente aplicações em renda fixa atreladas ao CDB, com liquidez imediata.

5 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas de empréstimos concedidos a pessoas físicas. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos. Em 31 de dezembro de 2020 a financeira não possuía operações de crédito.

a. Composição das operações de crédito

	2021
Empréstimos	<u>10</u>
Total	<u>10</u>
Circulante	<u>10</u>
Total	<u>10</u>
	Empréstimo pessoal
Tipo cliente	2021
Pessoas físicas	<u>10</u>
Total da carteira	<u>10</u>

b. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	<u>2021</u>
	Carteira
	Empréstimo pessoal
A vencer até 3 meses	5
A vencer de 3 a 12 meses	<u>5</u>
Total	<u>10</u>

c. Composição da carteira de operações de crédito

		<u>Provisão em 2021</u>	
	Operações de crédito em 2021	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	
Nível	Empréstimos	%	em R\$
A	<u>10</u>	0,5%	-
Total	<u>10</u>		<u>-</u>

Durante o semestre a companhia não apresentou créditos renegociados, baixas de créditos para prejuízo e recuperações de créditos baixados para prejuízo.

6 Intangível

	Software
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adições	3.082
Saldo em 30 de junho de 2021	3.082
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Amortização	(51)
Saldo em 30 de junho de 2021	(51)
Intangível líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Saldo em 30 de junho de 2021	3.031

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Tributos diferidos

Ativo	2021
Prejuízo fiscal	913
Diferenças temporárias	9
	<u>922</u>

O imposto diferido ativo é decorrente basicamente de prejuízos fiscais gerados durante a fase inicial das operações. Há expectativa de realização total do estoque de prejuízo até 2023.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota efetiva nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Reconciliação do IR/CS		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.984)	(322)
Alíquotas nominais	40%	40%
Despesa com imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>793</u>	<u>129</u>
Ajustes dos impostos referentes:		
Outras diferenças, líquidas	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>793</u>	<u>129</u>
Alíquota efetiva	<u>40%</u>	<u>40%</u>
Diferido	793	129

8 Outros ativos

	2021
Adiantamentos e antecipações salariais	63
Imposto de renda retido na fonte	11
Total	74
Circulante	74
Total	74

9 Outros passivos

	2021
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	3.811
Credores diversos - País	40
Obrigações fiscais	112
Obrigações trabalhistas e sociais	234
Fornecedores a pagar	156
Total	4.353
Circulante	4.353
Total	4.353

- (a) Ressarcimento de mútuo com a Calcard, cujo valor foi utilizado para investimentos no projeto de constituição da companhia (Nota 12).

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 25.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Juros sobre capital próprio/dividendos

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76

11 Despesas administrativas

	2021
Despesas de serviços de terceiros	(16)
Despesas com serviços técnicos especializados	(78)
Despesas com processamento de dados	(845)
Despesas com depreciação e amortização	(64)
Outras despesas	(80)
Total	<u>(1.083)</u>

12 Transações com partes relacionadas

O saldo de R\$ 3.811 a pagar para a Calcard, em 30 de junho de 2021 refere-se ao saldo devedor de mútuo. Os montantes foram utilizados para custear despesas pré-operacionais e investimentos iniciais.

Remuneração dos administradores

No semestre findo em 30 de junho de 2021, em função do recente início das operações da Instituição, a Financeira não proporcionou benefícios para seus Administradores, os quais recebem suas remunerações através de outras empresas do Grupo.

13 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

- (a) **Risco operacional:** conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes.
- (b) **Risco de mercado:** conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. A gestão desse risco utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado.
- (c) **Risco de crédito:** conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório.

- (d) **Risco de liquidez:** conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos.
- (e) **Gerenciamento de capital:** conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplem a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas.

14 **Limite operacional (acordo da basileia)**

Em 30 de junho de 2021, a Instituição encontra-se enquadrada no segmento S4. O Índice de Basileia para a data base é de 38,34%, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.192/13, nº 4.193/13 e demais normativos complementares.

15 **Resultado recorrente e/ou não recorrente**

A financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição, considerando seu Estatuto Social, sendo este “a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias, bem como prestar os serviços inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor”. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2021, o resultado da financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.